



A Santa Sé

**MENSAGEM DO PAPA JOÃO PAULO II
À ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO
DAS NAÇÕES UNIDAS DEDICADA
À NOVA ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO**

*A Sua Excelência
o Senhor Salim Ahmed Salim
Presidente da Assembleia Geral
da Organização das Nações Unidas*

1. A importância desta Sessão Especial e do assunto do seu trabalho leva-me a submeter a essa distinta Assembleia alguns pensamentos e reflexões sobre um tema que tem sido empenho constante da Santa Sé, especialmente durante as últimas duas décadas. A Santa Sé pretende, além disso; com esta mensagem manifestar o seu continuado interesse neste campo. O trabalho preparatório para esta Sessão tem sido longo e complicado. Absorveu as energias e os recursos dos principais órgãos da Organização das Nações Unidas e tem sido o ponto de convergência de muito trabalho e de grandes expectativas por parte dos povos do mundo. A Santa Sé seguiu todo este trabalho de perto e com sincero desejo de prestar serviço.

Quaisquer que tenham sido os préstimos ou as deficiências dos esforços passados, esta Sessão Especial deveria ser vista como nova oportunidade de empreender uma caminhada que beneficiará todos os povos e todas as nações. Ela tem direito a ser nova oportunidade por causa do trabalho que foi realizado, mas ainda mais por causa das necessidades e das justas aspirações de muitos povos que legitimamente continuam a aspirar por um futuro melhor e mais humano para si e para os seus filhos.

2. Para constituir nova oportunidade, esta Sessão da Organização das Nações Unidas não deve ficar mergulhada no passado. Deveria antes ser ocasião para cada um tirar lições do passado e dar novos passos avante, tendo consciência daquilo que pode ter impedido o progresso no passado, de maneira que se possam evitar malogros no futuro. Este trabalho não pode deixar-se

embargar por antigas concentrações de interesses. Deve ultrapassá-las. Não pode ficar detido por ideologias ultrapassadas; deve, pelo contrário, libertar-se delas. Se os participantes nesta reunião estiverem unânimes no desejo de considerar de novo os problemas comuns, então já estará criada a atmosfera para fazer desta uma das mais profícuas Sessões que o sistema das Nações Unidas tenha visto.

3. Nestas discussões tem a Igreja Católica o seu papel próprio para desempenhar. Não procura falar de questões meramente económicas ou tecnológicas. Não tenta dar soluções concretas a realidades complexas, que não entram nas suas responsabilidades próprias. O que não significa desconhecer a Igreja as complexidades dos problemas submetidas a esta Assembleia. Nem está mal informada a respeito da substância e do conteúdo das soluções que devem ser examinadas aqui pelos peritos, das várias partes do mundo. Mas a Igreja fala aqui, primeiro que tudo, para dar testemunho do seu parecer sobre tudo o que toca à condição humana. Muitos de vós sabem já que a Santa Sé tomou parte de várias maneiras na maioria do trabalho preparatório para esta Sessão Especial, como também participando no trabalho das várias organizações cujos objectivos figuram em grande número nesta Assembleia.

Quando a Santa Sé deixa com razão os assuntos puramente tecnológicos e económicos àqueles que deles têm a responsabilidade, não deixa de estar presente nestes encontros para juntar a sua voz nas discussões. Fá-lo para oferecer a sua própria visão da pessoa humana e da sociedade. Fá-lo para propor alguns critérios úteis para evitar que valores humanos, valores do espírito, valores de povos e culturas sejam inadvertidamente postos ao serviço de alguns objectivos de interesse puramente económico ou material que, afinal de contas, se revelaria indigno da verdadeira pessoa humana e da sociedade, que todos nós tentamos promover.

4. Como se vai reconhecendo, as considerações de ordem não económica adquirem na actualidade importância crescente na formação das novas estruturas das relações internacionais. A este propósito, os factores religiosos e étnicos, a educação e a opinião pública desempenham parte importante. A própria paz começa a tornar-se uma força que arrasta numerosíssimas partes da comunidade inteira, a paz que é incompatível com as guerras militares ou económicas.

Tal perspectiva mantém-se verdadeiramente diante de nós nesta Sessão Especial. E se eu vos falo da minha herança cristã e se uso um vocabulário que é próprio daqueles dentre nós que seguem o único a quem chamamos o Príncipe da Paz, faço-o na convicção de as palavras que digo poderem ser realmente entendidas pelos homens e pelas mulheres de boa vontade em toda a parte e poderem beneficiar uns e outras.

5. O meu primeiro ponto essencial é um apelo a todos vós aqui presentes, a todos os povos em toda a parte. E apelo a que se ultrapassem quaisquer posições estáticas derivadas de uma ideologia particular. Em cada sistema e em cada elemento fundamental do sistema considere-se o que de facto ele pode oferecer, pergunte-se qual pode ser efectivamente a sua contribuição,

veja-se como, de facto, ele pode chegar às finalidades reais da vida humana, sem reparar em quaisquer posições que se tentasse impor, artificialmente ou recorrendo a argumentos velhíssimos de preconceitos ideológicos — posições e preconceitos que se arriscariam mais a embaraçar do que ajudar o progresso real e a colaboração fraterna.

Não colide isto com o facto de esta grande Assembleia reunir homens e mulheres de sistemas e ideologias diferentes ou mesmo em oposição. Não podemos todavia permitir que limitações impostas por ideologias ultrapassadas embarguem a nossa concepção do homem — do homem em concreto, de todo o homem, de cada homem (cf. *Redemptor Hominis*, 13). Portanto não podemos permitir que estas categorias ideológicas nos encadeiem. Não podemos resignar-nos a ver conflitos fora de moda dominarem-nos a tal ponto que não possamos responder às necessidades reais de todos os povos do mundo.

Em vez de ideológicos becos sem saída, que prevaleceram talvez no passado, gostaria de sugerir um critério que determina uma atitude e um princípio orientador que dominem cada decisão concreta que todos vós, Estados membros desta Assembleia, quereis tomar: trata-se da esperança, esperança sólida e realista, para cada homem, mulher e criança, e para a sociedade em si.

Esta esperança não é desejo. Não é sentimento vago. É qualidade nascida da nossa experiência da história e alimentada pelos nossos comuns desejos quanto ao futuro. Como tal, esta esperança aceita a história como o espaço da sua própria investigação e declara de maneira muito aberta e muito realista que o futuro é uma história para ser feita, para ser feita por nós com o auxílio de Deus Todo-Poderoso. É um futuro que há-de construir-se mediante os esforços de todos para assegurar o bem comum pela cooperação e colaboração mútuas. Esta esperança é, então, o critério orientador que nos diz que, se há uma história para ser feita e se nós somos responsáveis pelo bem comum agora e no futuro, devemos decidir juntos e pôr em prática as modificações que são necessárias agora, de maneira que o futuro, por que nós ansiamos, corresponda à esperança que nós temos em comum quanto a todos os indivíduos, povos e nações da terra.

7. Examinando esta atitude de esperança como nossa perspectiva comum e como princípio orientador nas actividades desta Assembleia, permiti-me realçar alguns pontos que merecem séria advertência nesta Sessão como fora dela. As questões de que desejo falar-vos não são as únicas a terem grande importância. Figuram todavia entre os problemas mais urgentes que foram já discutidos em várias reuniões das Nações Unidas; e pedem a nossa atenção, tanto por motivo do trabalho já a elas dedicado, como por motivo da urgência da geral condição do mundo.

— É absolutamente necessário realizar maior e mais equitativa partilha dos recursos. Isto inclui uma deslocação da ciência e da tecnologia, o que foi assunto da reunião das Nações Unidas em Viena o ano passado. Significa uma tecnologia que seja apropriada às necessidades e aos

verdadeiros interesses das nações abrangidas. Mas significa mais ainda do que justa partilha material. Há urgente necessidade de partilha de recursos da inteligência e do espírito, dos conhecimentos científicos e da expressão cultural e artística. Tal partilha não é a sentido único. É mútua e multilateral, e exige que os valores culturais, éticos e religiosos dos povos sejam sempre respeitados pelas partes interessadas na partilha. Exige abertura mútua para aprenderem uns dos outros e partilharem uns com os outros.

Nesta partilha, finalmente, é bom reconhecer e conservar as muitas novas maneiras de cooperação entre povos e nações. Esta partilha não se faz só entre um grupo e outro; também as nações em vias de desenvolvimento estão a aprender a partilhar entre si, e os grupos regionais estão-se a ajudar uns aos outros a encontrar os melhores meios para favorecer os seus interesses mútuos.

— Vós, Estados membros desta Assembleia apenas com majestosas perspectivas ou ideais éticos. Tendes a responsabilidade de negociar juntos em boa fé e dentro do respeito mútuo. As negociações que levais a cabo devem ser quanto possível exaustivas, tomando em conta as vantagens que pode oferecer o entendimento mais completo e de maior alcance em todas as questões que estais discutindo. Este género de realismo esclarecido muito contribuirá para estabelecer as necessárias modificações para o vosso futuro comum, edificado sobre a nossa comum esperança.

— O meu Predecessor Paulo VI propôs às nações desenvolvidas contribuírem com 1 por cento do seu Produto Nacional Bruto (GNP) para a causa do desenvolvimento. Os fundos até agora mobilizados para este projecto parecem verdadeiramente reduzidíssimos. Reconheço que a inflação é problema mundial que afecta tanto os países industrializados como os que estão em vias de desenvolvimento. Todavia, a Santa Sé deseja repetir o apelo de Paulo VI, considerando que 1 por cento do GNP não é objectivo irrealista. A contribuição desta percentagem muito ajudaria o Fundo Comum concedido pelas negociações do UNCTAD (Conselho do comércio e do desenvolvimento), assim como um possível Fundo Mundial de Desenvolvimento.

— Para iniciativas desta espécie serem eficientes, é necessário pedir renovado esforço a todas as nações, desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, para acabar com todo o desperdício, quer material quer humano.

No plano material, as questões de ambiente confiadas ao UNEP (Programa das Nações Unidas para o ambiente) e a outras entidades merecem renovado estudo e acção. Todo o problema energético deveria ser reexaminado neste contexto, de maneira que as fontes de energia mais efectivas e mais apropriadas fiquem disponíveis sem desperdício desnecessário e sem exploração de materiais.

No plano humano, numerosas conferências das Nações Unidas se interessaram vivamente pela

infância, pelas mulheres e pelos diminuídos, por muitas categorias e populações cujos recursos estão sendo explorados mas não utilizados para seu bem e bem da sociedade. Uma vez mais, considerando os diversos aspectos do desenvolvimento humano em função do bem comum, pode reacender-se a esperança no povo, dando-lhe a perspectiva de uma existência mais plena e mais frutuosa.

— Finalmente, eu não seria fiel ao meu cargo se não chamasse a atenção para os pobres e para os que se encontram à margem da sociedade através do mundo. Há países ricos em recursos culturais, espirituais e humanos, mas que figuram entre os mais pobres economicamente e entre os que mais sofrem por causa da situação actual. Conhecemos todos as desconcertantes estatísticas quanto ao horror real que é a fome a afligir tanta gente pelo mundo. Povos que sofrem em várias regiões gritam-nos que lhes demos auxílio agora, de maneira que possam sobreviver.

Nós todos podemos ao menos aplicar-nos a dar nova esperança a estes pobres do universo tomando medidas primeiro para lhes melhorar as condições e em seguida a fim de lhes prover às necessidades básicas, tais como alimentação, água, saúde e alojamento. Aliviar imediatamente os sofrimentos e satisfazer estas carências elementares que ajudarão as pessoas a tornarem-se mais confiantes em si mesmas, indicaria da maneira mais segura estarmos a contribuir para a esperança de que a terra e as suas populações necessitam.

8. Em muitas destas matérias, o que é necessário é a vontade política de ir além dos interesses pessoais imediatos. Tal vontade política levou no passado a grandes realizações como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tal vontade deve ser constantemente guiada por critérios que levistem o humano e o social, o ético e o cultural, o moral e o espiritual, acima do que é unicamente económico e tecnológico.

Tal vontade deve ser desenvolvida não só entre os chefes do mundo mas entre todos os povos em qualquer nível de vida. Muitos pontos há que só podem ser resolvidos a nível mundial, e vós tendes nesta Assembleia essas tarefas diante de vós. Mas muitos problemas podem e devem ser levados a frutuosa resultados a nível continental ou regional ou outro intermédio. A necessidade de soluções globais para muitas questões não deveria cegar-nos quanto às possibilidades de resolver problemas e construir um futuro melhor, sem passar a soluções que abracem todo o conjunto. De facto, aplicando a noção de subsidiariedade, podemos verificar que há muitos grupos e povos que podem resolver os seus próprios problemas melhor a nível local ou intermédio, e que tal acção lhes dá além disso o sentimento de terem participado directamente nos seus próprios destinos. Isto é progresso positivo, que não nos deve a todos deixar insensíveis.

9. Nas minhas visitas pastorais na, Europa, na América do Norte e do Sul e na África, falei muitas vezes e de várias maneiras da necessidade da conversão dos corações. Salientei a necessidade

para cada um de nós de se converter, de ver em qualquer outra pessoa um irmão ou uma irmã a quem nos une o laço de uma humanidade comum sob a paternidade de Deus. O meu Predecessor Paulo VI na sua Encíclica *Populorum Progressio*, documento que ficou como um dos contributos duráveis e válidos para a obra do desenvolvimento, disse: "O desenvolvimento integral do homem não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade... 'O homem deve encontrar o homem, a nação deve encontrar a nação como irmãos e irmãs, como filhos de Deus. Nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade'." (*Populorum Progressio*, 43).

Desejaria completar a mensagem que hoje vos dirijo recordando à vossa reflexão estas palavras e esta perspectiva. Gostaria de vos pedir que, ao procurardes modificar as estruturas para que sirvam melhor o bem comum na justiça e na equidade, não esqueçais que a educação e a inspiração dos vossos povos podem ajudar à conversão dos corações. Só por meio da conversão dos corações poderão os irmãos e as irmãs "construir o futuro comum da raça humana", e construir o grande e durável edifício da paz. E para esta paz — cujo novo nome é de facto "desenvolvimento" (cf. *Populorum Progressio*, 87) — é que devem tender todos os esforços desta Sessão Especial. Assim seja com a ajuda de Deus.

Do Vaticano, 22 de Agosto de 1980.

JOÃO PAULO PP. II